TCP Log S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023 e 2022

KPDS 964767

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas **3**

Balanços patrimoniais **6**

Demonstrações de resultados **7**

Demonstrações de resultados abrangentes **8**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **9**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto **10**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **11**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da

TCP LOG S.A.

Paranaguá - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TCP Log S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TCP Log S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 18 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6-F-PR

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

TCP Log S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.137	26.737	21.032	29.359
Contas a receber de clientes	6	3.160	2.385	3.160	2.385
Impostos a recuperar		204	373	410	515
Outros créditos		48	7	48	8
		21.549	29.502	24.650	32.267
Não circulante					
Depósitos judiciais		52	79	52	79
Investimentos	7	3.101	2.765	-	-
Imobilizado	8	361	829	361	829
		3.514	3.673	413	908
		25.063	33.175	25.063	33.175

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Notas**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante					
Fornecedores		66	85	66	85
Dividendos a pagar	13.b	3.933	2.928	3.933	2.928
Obrigações tributárias a recolher	9a	168	142	168	142
Imposto de renda e contribuição social	9b	840	726	840	726
Obrigações trabalhistas e sociais	10	1.380	1.518	1.380	1518
Outras obrigações		45	43	45	43
		6.432	5.442	6.432	5.442
Não circulante					
Provisão para riscos tributários	12	2	150	2	150
		2	150	2	150
Patrimônio líquido	13				
Capital social		5.690	5.690	5.690	5.690
Reservas de lucros		12.939	21.893	12.939	21.893
		18.629	27.583	18.629	27.583
		25.063	33.175	25.063	33.175

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TCP Log S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita líquida de vendas	15	25.464	21.817	25.464	21.817
Custo dos serviços prestados	16	(7.928)	(8.650)	(7.928)	(8.650)
Lucro bruto		17.536	13.167	17.536	13.167
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	16	(192)	(513)	(192)	(513)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber	6 | 16	(6)	40	(6)	40
Equivalência patrimonial	7	336	281	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas		(177)	(76)	(177)	(76)
Total das despesas operacionais, líquidas		(39)	(268)	(375)	(549)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		17.497	12.899	17.161	12.618
Receitas financeiras	17	2.486	2.282	2.822	2.563
Despesas financeiras	17	(77)	(35)	(77)	(35)
Resultado financeiro	17	2.409	2.247	2.745	2.528
Resultado antes dos impostos		19.906	15.146	19.906	15.146
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	(4.172)	(2.997)	(4.172)	(2.997)
Lucro líquido do exercício		15.734	12.149	15.734	12.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TCP Log S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Lucro líquido do exercício	15.734	12.149	15.734	12.149
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	15.734	12.149	15.734	12.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TCP Log S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)			Reservas de lucros			
	Notas	**Capital social**	**Reserva legal**	**Reserva de retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2022		**5.690**	**700**	**11.972**	**-**	**18.362**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	12.149	12.149
Destinações						
Constituição de reserva legal	20(d)	-	438	-	(438)	-
Dividendo mínimo obrigatório	20(b)	-	-	-	(2.928)	(2.928)
Constituição de reserva de retenção de lucros	20(c)	-	-	8.783	(8.783)	-
						-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		5.690	1.138	20.755	-	27.583
Lucro líquido do exercício		-	-	-	15.734	15.734
Destinações						
Dividendo adicionais	20(b)	-	-	(20.755)	-	(20.755)
Dividendo mínimo obrigatório	20(b)	-	-	-	(3.933)	(3.933)
Constituição de reserva de retenção de lucros	20(c)	-	-	11.801	(11.801)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**5.690**	**1.138**	**11.801**	**-**	**18.629**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TCP Log S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	15.734	12.149	15.734	12.149
Ajustes de:				
Equivalência patrimonial	(336)	(281)	-	-
Depreciações e amortizações	197	191	197	191
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber	6	(40)	6	(40)
Provisão para riscos tributários	(148)	76	(148)	76
Valor residual baixa do imobilizado	271	-	271	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	4.172	2.997	4.172	2.997
	19.896	15.092	20.232	15.373
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(781)	(794)	(781)	(794)
Outros créditos	(41)	30	(41)	29
Impostos a recuperar	169	(205)	106	(258)
Fornecedores	(19)	21	(19)	21
Depósitos judiciais	27	-	27	-
Impostos e contribuições a recolher	26	(150)	26	(150)
Obrigações trabalhistas e sociais	(138)	802	(138)	802
Outras obrigações	3	(13)	3	(13)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	19.142	14.783	19.415	15.010
Impostos sobre o lucro pagos	(4.058)	(2.569)	(4.058)	(2.569)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	15.084	12.214	15.357	12.441
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(23.684)	(1.335)	(23.684)	(1.335)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(23.684)	(1.335)	(23.684)	(1.335)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(8.600)	10.879	(8.327)	11.106
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26.737	15.858	29.359	18.253
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	18.137	26.737	21.032	29.359
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(8.600)	10.879	(8.327)	11.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O TCP Log S.A. ("Companhia") foi criado em 10 de março de 2011, com a denominação social de VIKAS Empreendimentos e Participações S.A, com o capital de R$1 sendo dividido em 8.116.936 ações. Em 6 de julho de 2011 a Companhia mudou sua razão social para TCP Serviços Logísticos S.A, e sua sede transferida para a cidade de Paranaguá – PR, Avenida Portuária, s/n, Dom Pedro II. Em 16 de abril de 2012 a Companhia alterou sua razão social para TCP Log S.A.

A Companhia tem por objeto:

(a) Prestar serviços de operador de logística de cargas em geral, inclusive contêineres, atuando como consolidador de cargas e agenciando, gerenciando e/ou executando seu transporte nos diversos modais;

(b) Prestar serviços de gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição, unidades de armazenagem, armazéns gerais, entrepostos aduaneiros do interior, bem como demais serviços de despacho aduaneiro;

(c) Prestar serviços de armazenagem, movimentação e manutenção de contêineres;

(d) Desenvolver e manter retroáreas e estacionamentos para veículos automotores;

(e) Importar, exportar, comprar, vender, distribuir, arrendar, locar e ceder contêineres, máquinas, equipamentos e insumos relacionados com as atividades descritas nas alíneas anteriores;

(f) Desenvolver, incorporar, gerenciar e operar parques logísticos, inclusive com compra, venda, locação, arrendamento ou cessão de áreas ou espaços comerciais a terceiros, bem como explorar direitos de passagem e demais oportunidades imobiliárias relacionadas ao ramo da logística ou atividades afins;

(g) Executar todas as atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas nas alíneas anteriores, além de outras que utilizem como base a estrutura da Companhia, e;

(h) Participar direta ou indiretamente de sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação cujo objeto seja relacionado a qualquer das atividades indicadas nas alíneas anteriores, inclusive de operações reguladas ou sujeitas aos regimes de concessão, permissão ou autorização.

Em 2 de junho de 2017 a Companhia integralizou o capital do Centro Logístico de Paranaguá o qual está ativo, mas sem operação no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir.

2.1 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da controladora TCP LOG S.A. e de sua controlada TCP LOG Centro Logístico Industrial Aduaneiro Paranaguá Ltda. A demonstração da controlada é elaborada com base nos saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, portanto, não existe qualquer defasagem em relação ao exercício de apresentação da controladora.

Na divulgação apresentada foram utilizadas políticas contábeis consistentes e eliminados todos os saldos, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

			% Participação	
Nome	**Principal atividade**	**País - sede**	**2023**	**2022**
TCP Log Centro Logístico Industrial Aduaneiro Paranaguá Ltda.	Armazenamento	Brasil	100%	100%

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.2 Base para elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.4 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia, individual e consolidada, foram preparadas de acordo com as Norma Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Somente as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração na sua gestão.

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 18 de março de 2024.

2.5 Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47/IFRS 15 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes.

a. Prestação de serviços

A Companhia está envolvida na exploração, sob o regime de concessão, de instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato de concessão.

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de vendas individuais. Os preços de venda individuais são determinados com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para as transações de venda de cada serviço separadamente.

Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviço individuais são amplamente similares.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como um agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

b. Provisões de receitas

As provisões de receitas são registradas ao final de cada encerramento mensal, considerando o status de cada serviço prestado, para as quais será gerado documento fiscal pertinente no mês subsequente. Para os serviços prestados parcialmente, considera-se a porcentagem de conclusão dos mesmos até o encerramento do mês para o registro do valor.

2.6 Impostos

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço, conforme regime de apuração Lucro Presumido.

Imposto sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviço exceto quando:

- Os impostos sobre os serviços incorridos não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre serviços;
- O valor líquido dos impostos sobre serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social - PIS: 0,65%.
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 3%.
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS: 3% e 5%.

2.7 Instrumentos financeiros

A Companhia não possui nenhum instrumento financeiro ou operação para o qual se tenha aplicado contabilidade de hedge em suas demonstrações financeiras.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração
A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, outros empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente
A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser valor justo por meio do resultado ou custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 todos os ativos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Estes ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Depósitos judiciais, contas a receber de partes relacionadas e contas a receber são classificados nesta categoria. Adicionalmente, a Companhia possui investimentos classificados como caixa e equivalentes de caixa inclusos nesta categoria.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde

tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração
Passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. Estão aqui classificados os saldos de fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e tributos parcelados.

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

2.8 Imobilizado

Edificações, equipamentos e veículos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica

Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

O valor residual, o método de depreciação e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue, para os dois exercícios apresentados:

Empilhadeiras	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equip. de processamento de dados	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Edificações e instalações	25 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo

(calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins sendo representados por valores depositados em conta corrente e caixa. A Companhia também considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.11 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.12 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receitas de juros; e
- Despesas de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes,

diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas
A Companhia reconhece provisão para causas tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Companhia não participa de acordos de financiamento com fornecedores para o qual as novas divulgações serão aplicadas, consequentemente, a Administração não espera que a respectiva norma tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. Outras normas contábeis
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06);
- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1) e
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Caixa e bancos	1.751	159	1.766	176
Aplicações financeiras	16.386	26.578	19.266	29.183
Banco Santander	16.386	3.566	19.266	6.171
Banco Itaú	-	23.012	-	23.012
Total caixa e equivalentes	18.137	26.737	21.032	29.359

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações compromissadas de renda fixa, remuneradas a taxas que variam de 99% a 101,2% em 31 de dezembro de 2023 (96% a 97,5% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Os resgates são efetuados conforme necessidade de caixa. Não existem restrições para a utilização dos saldos de caixa e equivalentes de caixa.

6 Contas a receber (controladora e consolidado)

	31/12/2023	**31/12/2022**
Clientes	1.007	184
Serviços prestados e não faturados	2.231	2.273
(-) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(78)	(72)
	3.160	2.385

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 30 dias de liquidação. A Companhia opera com clientes concentrados e em 31 de dezembro de 2023 os cinco maiores representam 97% da receita bruta (98,2% em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as análises dos vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são as seguintes:

	31/12/2023	**31/12/2022**
A vencer	3.133	2.347
Vencidos em até 30 dias	11	17
Vencidos de 31 a 90 dias	-	2
Vencidos de 91 a 180 dias	2	2
Vencidos acima de 180 dias	92	89
	3.238	2.457

Os valores apresentados na provisão para perda por redução ao valor recuperável representam o valor imparcial da probabilidade de perda dos recebíveis sobre condições atuais e previsões de condições econômicas futuras para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A provisão para perda por redução ao valor recuperável totalizava R$ 78 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 72 em 2022). A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(72)	(112)
Constituição de provisão	(6)	40
Saldo no final do exercício	(78)	(72)

7 Investimentos (controladora)

Em 18 de julho de 2013, a Companhia registrou na junta comercial o contrato social do Centro Logístico Industrial Aduaneiro de Paranaguá Ltda., para o qual foi contabilizado o investimento a integralizar no valor de R$ 2.000 sendo composta por 2.000 milhões de quotas. Em 2 de junho de 2017 a Companhia integralizou o capital na controlada.

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	2.765	2.484
Equivalência patrimonial (1)	336	281
Saldo no final do exercício	3.101	2.765

(1) Equivalência patrimonial proveniente de rendimento de aplicação financeira mantida na controlada.

8 Imobilizado (controladora e consolidado)

As movimentações do imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

Vida útil	**25 anos**	**10 anos**	**10 anos**	**10 anos**	**10 anos**	
Custo	**Edificações e instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamentos e processamentos de dados**	**Empilhadeiras**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	569	146	30	145	3.363	4.253
Saldo em 31 de dezembro de 2022	569	146	30	145	3.363	4.253
Baixas	(358)	-	-	-	-	(358)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	211	146	30	145	3.363	3.895

Vida útil	**25 anos**	**10 anos**	**10 anos**	**10 anos**	**10 anos**	
Depreciação	**Edificações e instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamentos e processamentos de dados**	**Empilhadeiras**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(90)	(65)	(21)	(144)	(2.913)	(3.233)
Depreciação	(24)	(9)	(3)	(1)	(154)	(191)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(114)	(74)	(24)	(145)	(3.067)	(3.424)
Depreciação	(24)	(10)	(3)	-	(160)	(197)
Baixas	87	-	-	-	-	87
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(51)	(84)	(27)	(145)	(3.227)	(3.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	455	72	6	-	296	829
Saldo em 31 de dezembro de 2023	160	62	3	-	136	361

9 Obrigações tributárias a recolher (controladora e consolidado)

a. Obrigações tributárias a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
ISS	64	54
PIS	18	15
COFINS	85	70
Outros impostos	1	3
	168	**142**

b. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda	612	518
Contribuição social	228	208
	840	**726**

10 Obrigações trabalhistas (controladora e consolidado)

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de bônus	381	227
Provisão de férias	497	455
Outras obrigações trabalhistas	502	836
	1.380	1.518

11 Imposto de renda e contribuição social (controladora e consolidado)

	31/12/2023 (Lucro presumido)	
	Imposto de renda	**Contribuição social**
Receita bruta de serviços	27.577	27.577
Alíquotas de presunção	32%	32%
Base de cálculo	8.825	8.825
Rendimento sobre aplicação financeira	3.516	3.516
Base de cálculo ajustada	12.341	12.341
Alíquotas	25%	9%
Tributos	(3.085)	(1.111)
Diferença de alíquota	24	-
Total tributos lançados ao resultado	(3.061)	(1.111)

	31/12/2022 (Lucro presumido)	
	Imposto de renda	**Contribuição social**
Receita bruta de serviços	23.577	23.577
Alíquotas de presunção	32%	32%
Base de cálculo	7.545	7.545
Rendimento sobre aplicação financeira	1.339	1.339
Base de cálculo ajustada	8.884	8.884
Alíquotas	25%	9%
Tributos	(2.221)	(800)
Diferença de alíquota	24	-
Total tributos lançados ao resultado	(2.197)	(800)

12 Provisão para riscos tributários (controladoria e consolidado)

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza tributária para as quais mantém provisão como a seguir:

	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Trabalhista	150	2	(150)	2

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Trabalhista	74	76	-	150

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém, ainda, outros processos trabalhistas em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R$ 1.757 (R$ 14 em 31 de dezembro de 2022), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 5.690 representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após constituição da reserva legal, conforme estatuto social da Companhia, nos termos do artigo 22, parágrafo 1°.

No exercício, foi gerado dividendo mínimo sobre o saldo de lucro do exercício (R$ 15.734 X 25%) a pagar de R$ 3.933.

c. Reserva retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023 as reservas retenção de lucros somavam R$ 11.801 (R$ 20.755 em 31 de dezembro de 2022) e deverá ser deliberada por AGO conforme previsto pela legislação societária brasileira, no exercício de 2024.

d. Reserva legal

Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 15.734, a reserva legal registrada já atingiu o limite de 20% segundo a lei das S/A 6.404/76 Artigo 193., não sendo realizada constituição no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

14 Remuneração dos administradores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia consignou como remuneração dos Administradores o montante de R$ 50 (R$ 61 em 2022).

15 Receita líquida de vendas (controladora e consolidado)

Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de serviços logísticos	27.577	23.577
Deduções da receita:		
Impostos federais	(963)	(860)
Impostos municipais	(1.150)	(900)
Total das deduções	(2.113)	(1.760)
Receita líquida de vendas	25.464	21.817

16 Custos e despesas operacionais por natureza (controladora e consolidado)

	31/12/2023	31/12/2022
Custos dos serviços prestados	(7.928)	(8.650)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber	(6)	40
Despesas gerais e administrativas	(192)	(513)
Total dos custos e despesas	(8.126)	(9.123)
Custos e despesas por natureza:		
Custos de armazenagem e outros	(308)	(1.639)
Água, luz e outras despesas administrativas	(181)	(493)
Depreciações e amortizações	(197)	(191)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber	(6)	40
Despesas com pessoal	(7.434)	(6.840)
	(8.126)	(9.123)

17 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Despesas financeiras				
Despesas bancárias e descontos concedidos	(14)	(6)	(14)	(6)
Outras	(63)	(29)	(63)	(29)
Total	(77)	(35)	(77)	(35)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	2.486	2.282	2.822	2.563
Total	2.486	2.282	2.822	2.563
Resultado financeiro líquido	2.409	2.247	2.745	2.528

18 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos períodos mencionados.

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e 2022 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como seguem:

	Controladora	
	Valor contábil e valor justo	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Ativos financeiros		
Caixa, equivalentes de caixa (Nota 5)	18.137	26.737
Contas a receber (Nota 6)	3.160	2.385
	21.297	29.122
Passivos financeiros		
Dividendos a pagar	3.933	2.928
Fornecedores	66	85
	3.999	3.013

	Valor contábil e valor justo	
	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Ativos financeiros		
Caixa, equivalentes de caixa (Nota 5)	21.032	29.359
Contas a receber (Nota 6)	3.160	2.385
	24.192	31.744
Passivos financeiros		
Dividendos a pagar	3.933	2.928
Fornecedores	66	85
	3.999	3.013

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Disponibilidades de caixa, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

A Companhia não possui *covenants* (cláusulas restritivas) e bens dados em garantia, atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes do Grupo.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Para maiores informações sobre a exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber de clientes, veja nota explicativa 6.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com

outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

19 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar o início e a continuidade de suas atividades a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções ajustar os pagamentos de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

20 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As operações da Companhia compreenderão a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros.

a. Risco de crédito

Esse risco advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de serviços prestados. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

21 Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, as operações sob responsabilidade da TCP Log S.A. têm cobertura securitária na apólice de operador portuário do TCP Terminal, com o valor máximo de USD 6 milhões. A apólice de seguro tem vencimento em 13 de abril de 2024, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

* * *